

Diário Oficial

do Estado de São Paulo — (E. U. do Brasil)

NUMERO DO DIA ... 400 REIS

NUMERO ATRAZADO DO ANO CORRENTE ... 500 REIS

Diário do Executivo

INTERVENTORIA FEDERAL

DECRETO-LEI N. 11.172, DE 21 DE JUNHO DE 1940

Crea, na dotação concedida à Secretaria da Viação e Obras Públicas, na verba n. 295, a alínea n. 3, e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE S. PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 1.132, de 1940, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam suprimidas as seguintes dotações concedidas à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio pelo decreto n. 10.898, de 12 de janeiro de 1940:

Na verba n. 239, consignação n. 2 — alínea 10, para "aquisição de terras para instalação de núcleos", a quantia de rs. 560.000\$000 (quinhentos e sessenta contos de réis);

Na verba n. 240, consignação n. 2 — alínea 19, para "transporte de imigrantes", "alimentação e despesas eventuais", a quantia de rs. 200.000\$000 (duzentos contos de réis);

Na verba n. 238, consignação n. 1 — Pessoal Fixo — subconsignação n. 1 — a quantia de rs. 40.000\$000 (quarenta contos de réis);

Na verba n. 226, consignação n. 1 — Pessoal Fixo — subconsignação n. 1 — a quantia de rs. 20.000\$000 (vinte contos de réis); e

Na verba n. 226, consignação n. 2 — Pessoal Variável — subconsignação n. 1 — alínea 129 — a quantia de rs. 180.000\$000 (cento e oitenta contos de réis).

Artigo 2.º — Fica criada, na dotação concedida à Secretaria da Viação e Obras Públicas, na verba n. 295, a alínea n. 3, com o seguinte histórico:

N. 3 — "Para continuação das obras do Instituto Biológico, da Capital", com a dotação de rs. 1.000.000\$000 (mil contos de réis).

Artigo 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 21 de junho de 1940.

ADHEMAR DE BARROS.
José Levy Sobrinho.
Coriolano de Góes.
Guilherme Winter.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, aos 21 de junho de 1940.

José de Paiva Castro,
Diretor Geral.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções nos dias 23 de junho e 11 de julho.

DECRETO N. 11.280-A, DE 31 DE JULHO DE 1940

Aprova o Regulamento do Serviço de Imigração e Colonização.

RETIFICAÇÕES

TÍTULO I

Dos fins e organização

CAPÍTULO I

Dos fins

Artigo 1.º —

e) — elaborar os planos para a celebração de tratados bilaterais de imigração e colonização a serem propostos pelo Governo do Estado ao Governo da União, por intermédio do Conselho de Imigração e Colonização.

TÍTULO III

CAPÍTULO II

Do pessoal

Artigo 16 —

§ 1.º — Na Diretoria:

- 1 Diretor Administrativo
- 1 Fiel de Tesoureiro (Exator)

CAPÍTULO III

Artigo 19 — Ao Fiel de Tesoureiro (Exator) compete exercer, na conformidade das leis vigentes sobre medidas de caráter financeiro, as atribuições que lhe couberem expressamente ou forem designadas por quem de direito.

TÍTULO VI

Do Escritório Oficial de Informações e Colocação

CAPÍTULO I

Dos fins

Artigo 59 —

1) — prestar informações ao seu alcance sobre a venda de lotes em zonas rurais do Estado, núcleos coloniais e colônias agrícolas oficiais ou não, sobre terras cultiváveis, topografia das glebas devolutas, vias de comunicação, condições de clima e salubridade, culturas econômicas mais adequadas à região, condições de vida, possibilidade de progresso e recursos para o desenvolvimento da colonização a todos quantos as solicitarem e sempre que determinado pela Superintendência.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO III

Das atribuições

Artigo 72 —

1) — solicitar do Diretor Administrativo autorização para despesas de pronto pagamento ou de caráter urgente relativas a serviços a cargo da Inspeção.

TÍTULO IX

Disposições gerais

CAPÍTULO UNICO

Artigo 91 — Em tudo quanto não estiver expressamente determinado neste Regulamento, ou no Decreto n. 10.344, os funcionários do Serviço de Imigração e Colonização estão sujeitos às leis, decretos e regulamentos da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, no que concerne à posse e ao exercício do cargo, à frequência à repartição, ao horário de trabalho, às substituições, às férias e licenças e aos demais direitos e vantagens ou deveres e responsabilidades.

DECRETO N. 11.336, DE 20 DE AGOSTO DE 1940

Dá a denominação de "Presidente Vargas" ao Grupo Escolar de Parquera-assu, em Jacupiranga.

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando que os exemplos de dedicação, lealdade e patriotismo do Presidente Getúlio Vargas para realizar a unidade moral da Pátria, devem servir de norma e inspiração à infância das escolas;

Considerando que a construção do prédio para o funcionamento do Grupo Escolar de Parquera-assu, foi feita a expensas exclusivas do Governo Federal;

Considerando o significado dessa contribuição, dentro do plano que visa estabelecer, para a nacionalidade brasileira, um nível harmônico de bem estar, de progresso e de cultura.

Decreta:

Artigo 1.º — O Grupo Escolar de Parquera-assu, em Jacupiranga passa a denominar-se Grupo Escolar "Presidente Vargas".

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de agosto de 1940.

ADHEMAR DE BARROS
Mário Guimarães de Barros Lins

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, em 20 de agosto de 1940.

Aluizio Lopes de Oliveira — Diretor Geral.

(*) DECRETO N. 11.335, DE 19 DE AGOSTO DE 1940

Eleva a rs. 100.000\$000 o pecúlio máximo da Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos e do Montepio dos Magistrados e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE S. PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 1.717, de 1940, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — A tabela de classificação dos atuais sócios da Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos é a constante do presente decreto-lei.

Artigo 2.º — A jola nela estabelecida será aplicada somente nos casos de aumentos de pecúlio, oriundos de promoções.

Artigo 3.º — O pecúlio do Montepio dos Magistrados fica elevado a cem contos de réis (rs. 100.000\$000), sem prejuízo da verba para funeral de três contos de réis (Rs. 3.000\$000) para os atuais contribuintes.

Parágrafo único — As contribuições mensais relativas a esse pecúlio são de cem mil réis (rs. 100\$000).

Artigo 4.º — O presente decreto-lei não prejudica os direitos dos magistrados que já fizeram parte da Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos ou do Instituto de Previdência do Estado, nem derroga o disposto no art. 8.º do decreto n. 10.291, de 10 de junho de 1939, em relação à inscrição no mesmo Instituto dos funcionários e magistrados nomeados a partir da vigência do referido decreto.

Artigo 5.º — As deficiências de fundos porventura verificadas no Montepio dos Magistrados, por ocasião do pagamento dos pecúlios, serão supridas pela Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos.

Artigo 6.º — A Diretoria da Caixa Beneficente e do Montepio dos Magistrados, do Instituto de Previdência organizará, até 1941, o fichário completo de família dos contribuintes das duas instituições; à proporção que for sendo organizado esse fichário, serão expedidas as respectivas apólices e os pagamentos dos pecúlios passarão a ser feitos aos herdeiros e beneficiários, portadores destas, independentemente de inventário ou partilha judicial.

Artigo 7.º — O Departamento Atuarial, do Instituto de Previdência do Estado, calculará, oportunamente, as reservas técnicas de ambas as instituições, propondo, depois, as medidas necessárias, em consequência das conclusões a que o cálculo atuarial chegar.

Artigo 8.º — Os ex-funcionários que decaíram da Caixa Beneficente, em virtude de atraso no pagamento de contribuições, bem como os que vierem a decair, poderão inscrever-se facultativamente no Instituto de Previdência, ressalvado o limite máximo de pecúlio de cem contos de réis (100.000\$000), e de idade de sessenta anos.

Artigo 9.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 19 de agosto de 1940.

ADHEMAR DE BARROS
Coriolano de Góes
José de Moura Rezende.

EXPEDIENTE

TABELA DE PREÇOS

| PUBLICAÇÕES | Por centímetro de coluna | |
|---------------------------|--------------------------|-----------|
| | 1.ª vez | Repetição |
| Composição de linha cheia | 3\$000 | 2\$500 |
| Composição tipo tabela | 4\$500 | 4\$000 |

| | |
|--|----------|
| Uma página de linha cheia | 650\$000 |
| Meia página de linha cheia | 280\$000 |
| Uma página (balancetes ou balancetes) | 850\$000 |
| Meia página (balancetes ou balancetes) | 430\$000 |
| Os Balancetes de Prefeituras serão cobrados na base de 300\$000 por página | |

ASSINATURAS

| | |
|-----------------------|----------|
| Particulares | 60\$000 |
| Funcionários públicos | 42\$000 |
| Para o estrangeiro | 150\$000 |

As assinaturas começam em qualquer época e terminam em 31 de dezembro.

| | |
|---------------------------|---------|
| De hoje até o fim do ano: | |
| Particulares | 25\$000 |
| Funcionários | 18\$000 |

VENDA AVULSA

| | |
|---|-------|
| Número do dia | \$400 |
| Atrazado do ano | \$500 |
| Anos anteriores, 1\$000 por ano, além do preço do exemplar do dia | |

MODO DE CALCULAR O PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

Para se obter o número de centímetros duma dada publicação assim se procede:

- a) Contam-se as letras, os sinais de pontuação e os espaços da maior linha da publicação;
- b) Conta-se em seguida o número de linhas incluindo-se, entre estas, o título e o subtítulo e multiplica-se o total pelo número obtido com a contagem da linha maior;
- c) Divide-se o produto por 110 e o quociente representará o número total dos centímetros da publicação.

A fração, si houver, será contada como um centímetro.

Telefones:

| | |
|------------------------------------|--------|
| Diretoria | 2-0539 |
| Gerência e Redação | 3-3752 |
| Contadoria | 3-3724 |
| Seção de assinaturas e publicações | 3-3584 |
| Almoxarifado | 3-3567 |
| Oficina do jornal | 3-3652 |
| Oficina de obras | 3-3639 |